

**N. F. N°** - 217352.0051/17-6  
**NOTIFICADO** - CAMILA SANTANA MONTEIRO SANTOS - ME  
**EMITENTE** - EUVALDO BORGES DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - IFMT NORTE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 26.12.2019

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACORDÃO JJF N° 0107-06 /19

**EMENTA:** ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO IRREGULAR. FALTA DE AUTORIZAÇÃO DO FISCO. Na constatação da utilização de equipamento Emissor de Cupom Fiscal sem autorização, é devida a multa por falta de caráter acessória prevista no ar. 42, XIII-A, “b”, item 1.4 da Lei nº 7.014/96. Rejeitada a nulidade suscitada. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal (NF) emitida em 15/09/17, aplica multa no valor de R\$27.600,00 em decorrência da utilização de equipamento de controle fiscal sem autorização do fisco estadual, sendo aplicada uma penalidade por equipamento, conforme Termo de Apreensão acostado à fl. 3.

Consta no Termo de Apreensão que a fiscalização identificou a utilização de um Equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) marca BEMATECH MP 2500 n° 101008000000052606 sendo utilizado no estabelecimento, conforme comprovante anexo, sem estar autorizado pela SEFAZ/BA.

Na impugnação apresentada (fls. 16 a 19), o contribuinte discorre sobre a infração e preliminarmente requer a nulidade da NF sob o argumento de incorreção sobre o enquadramento legal, visto que foi indicado infringência do art. 207 do RICMS/BA que faz referência a habilitação para uso de ECF, mas que no caso trata-se de uma “impressora não fiscal, utilizada para a impressão de DANFEs de NFC-E.

Transcreve o art. 207 do RICMS/BA e ressalta que outro fato que corrobora a anulação da NF é que conforme descrição dos fatos a *“mesma foi lavrada em 15/09/2017, em data anterior a emissão de documento extra fiscal n° 55386, que data de 19/09/2017 e que não há obrigatoriedade de autorização de uso impressora, para impressão de DANFE relativos a NFC-e”*.

No mérito, discorre sobre a evolução do equipamento ECF e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) que é um documento de existência apenas digital armazenado eletronicamente. Na fl. 18 relaciona respostas de perguntas disponíveis no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) que elenca uma série de vantagens, entre as quais a – *“Dispensa de homologação pelo fisco do programa emissor; - Não há necessidade de autorização prévia do equipamento a ser utilizado”*.

Argumenta que a empresa é credenciada e habilitada para utilizar NFC-e desde 25/11/2015 e, não havendo necessidade de autorização prévia do equipamento a ser utilizado para impressão do DANFE, a infração apontada não se aplica a situação da empresa em questão.

Ressalta que vem trabalhando de forma incansável para atender as determinações legais, procurando adaptar-se às novas circunstâncias. Requer acolhimento da defesa e o cancelamento da presente NF.

## VOTO

A Notificação Fiscal aplica multa acessória em decorrência da utilização de equipamento ECF sem autorização da Secretaria da Fazenda.

Inicialmente aprecio a nulidade suscitada sob alegação de incorreção no enquadramento legal, que indica infringência do art. 207 do RICMS/BA, referente a habilitação para uso de ECF, mas se trata de “impressora não fiscal”, utilizada para a impressão de DANFes de NFC-E.

Observe que a NF descreve a infração relativa a utilização de equipamento de controle fiscal, sem autorização do fisco estadual, indica os dispositivos regulamentares infringidos e a tipificação da multa, acompanhado de Termo de Visita Fiscal e de Apreensão de Mercadorias e Documentos que identifica o equipamento apreendido. Portanto, a NF preenche os requisitos formais, não havendo a nulidade pretendida nos termos do art. 18 do RPAF/BA, motivo pelo qual não acolho.

Quanto aos requisitos de validade pertinente ao dispositivo legal infringido e a materialidade do equipamento apreendido, entende que trata-se de razões de mérito que passo a apreciar.

No tocante ao argumento de que foi apreendido uma impressora fiscal e que o art. 207 do RICMS/BA trata da habilitação de ECF, constato que o ar. 35 e 42, §9º da Lei 7014/96 estabelece que:

Art. 35. O regulamento poderá atribuir ao contribuinte ou a terceiros o cumprimento de obrigações no interesse da administração tributária, inclusive quanto a obrigatoriedade do uso de equipamentos de controle das operações e/ou prestações.

Art. 42, § 9º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

**I - equipamento de controle fiscal**, os equipamentos do tipo máquina registradora, **impressora fiscal** (PDV-modular), terminal ponto de venda (PDV) e equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) (grifo nosso).

**II** - programa aplicativo, o programa de processamento de dados desenvolvido para envio de comandos ao *Software* Básico de equipamento de controle fiscal.

Pelo exposto, a impressora fiscal apreendida marca BEMATECH MP 2500, sendo uma impressora fiscal, nos termos do art. 42, §9º, I da Lei nº 7.014/96 configura um equipamento de controle fiscal, que para ser utilizado no estabelecimento depende de autorização do fisco estadual.

Por sua vez, como estabelecido no art. 35 da Lei nº 7.014/96, o regulamento pode atribuir ao contribuinte obrigações do interesse da administração tributária. Já o art. 201 do RICMS/BA, indica que uma das modalidades de Emissor de Cupom fiscal é a impressora fiscal que recebe comandos de um computador externo:

Art. 201. Emissor de Cupom Fiscal (ECF) é o equipamento de automação comercial com capacidade para emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes a operações de circulação de mercadorias ou a prestações de serviços, e compreende três tipos:

II - Emissor de Cupom Fiscal - **Impressora Fiscal (ECF-IF)**: ECF implementado na forma de impressora com finalidade específica, que recebe comandos de computador externo (grifo nosso);

Já o art. 207 do RICMS/BA, determina que, para habilitar ou cessar o uso do ECF, o contribuinte deve habilitar o equipamento via Internet:

Art. 207. Para habilitação, manutenção ou cessação de uso de ECF, o contribuinte deverá acessar via Internet o endereço eletrônico “<http://www.sefaz.ba.gov.br>”.

Os §§ 1º ao 6º indicam as formalidades para credenciar o equipamento, habilitar, fazer intervenção, manutenção e outras formalidades que devem ser observadas.

Por tudo que foi exposto, ao contrário do que foi alegado, a impressora fiscal apreendida é, segundo definição da Lei nº 7.014/96, um “equipamento de controle fiscal” conforme descrito na infração e não estava autorizado pela SEFAZ/BA o que culmina na infração apontada. Consequentemente cabível a aplicação da multa no valor de R\$27.600,00 prevista no art. 42, XIII-A, “b”, item 1.4 que descreve: “*utilizar equipamento de controle fiscal sem autorização da Secretaria de Fazenda*”.

Assim sendo, considero correta a multa aplicada em decorrência de ter sido flagrado a utilização de equipamento de controle fiscal no estabelecimento notificado, sem a devida autorização pela SEFAZ/BA, comprovado por meio do Termo de Apreensão e cupom extra fiscal juntado à fl. 6

Quanto ao argumento de que na descrição dos fatos foi indicado que o documento extra fiscal nº 55386 foi emitido em 19/09/2017 em momento posterior a notificação datada de 15/09/17, observo que o citado documento acostado à fl. 6 indica data da emissão 14/09/2017, data esta coincidente com a indicada no Termo de Visita Fiscal e Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos (fls. 3 e 4).

Portanto, a data 19/09/2017, indicada na descrição dos fatos, constitui um equívoco que não impossibilita o exercício do contraditório e nem compromete a efetiva infração que foi a constatação da utilização de equipamento de controle fiscal, sem autorização do fisco estadual.

Quanto a consulta ao site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br) e alegação de que entre outras há “*Dispensa de homologação pelo fisco do programa emissor; - Não há necessidade de autorização prévia do equipamento a ser utilizado...*” (vide fl. 18), ressalto que estas vantagens se refere a NFC-e, mas não se trata de equipamento a ser utilizado para a impressão do DANFE (impressora).

Entretanto, na situação presente o que foi apreendido foi uma impressora marca BEMATECH MP2500 que é um equipamento de controle fiscal, que conforme disposto no art. 207 do RICMS/BA, deveria ser habilitado e no momento da apreensão restou comprovado que não estava autorizado pelo fisco estadual, pois não estava cadastrado, o que caracteriza a infração fiscal.

Por tudo que foi exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal n.º **217352.0051/17-6**, lavrado contra **CAMILA SANTANA MONTEIRO SANTOS - ME**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$27.600,00** prevista no art. 42, XIII-A, “b” item 1.4 da Lei n.º 7.014/96 e dos acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de novembro de 2019.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR